

# HISTÓRIA DOS ATIVISMOS FEMINISTAS EM PORTUGAL

**FEM** GLOBAL  
FEMINIST  
MOVEMENTS

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

 UNIVERSIDADE  
LUSÓFONA

 CICANT

**cieg**  
CENTRO  
DE INVESTIGAÇÃO  
DE ESTUDOS DE  
GÉNERO

 Edições Universitárias  
Lusófonas

# FICHA TÉCNICA

## Título

História dos Ativismos Feministas em Portugal

## Data

Dezembro 2022

## Coordenação

Carla Cerqueira

Célia Taborda

Ana Sofia Pereira

## Autoria

Ana Sofia Pereira

Camila Lamartine

Carla Cerqueira

Célia Taborda

Daniel Cardoso

Daniela Drummond

Isabel Babo

Manuela Tavares

Maria João Cunha

Maria José Brites

Priscilla Domingos

Sofia Caldeira

## Design

Andreia Pinto de Sousa

Thalyanna Carneiro

## Contactos

CICANT

Campo Grande, 376

1749-024 Lisboa – Portugal

Edifício F – Sala F.1.13

[www.femglocal.pt](http://www.femglocal.pt) | [info@femglocal.pt](mailto:info@femglocal.pt)

## Redes Sociais

[Facebook](#) | [Instagram](#) | [LinkedIn](#)

Este *booklet* foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal - Movimentos feministas glocais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

ISBN 978-989-757-228-9

© FEMglocal/Edições Universitárias Lusófonas, 2022



# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	PÁG. 5
CRONOLOGIA	PÁG. 8
GLOSSÁRIO	PÁG. 18
ATIVISMO(S)	PÁG. 20
ATIVISMO DIGITAL	PÁG. 21
BRANQUITUDE	PÁG. 24
CIBERFEMINISMO	PÁG. 26
COMUNICAÇÃO E FEMINISMOS	PÁG. 27
DECOLONIALIDADE	PÁG. 29
FEMINISMOS	PÁG. 32
IGUALDADE DE GÊNERO	PÁG. 33
INTERGERACIONALIDADE	PÁG. 36
INTERSECCIONALIDADE	PÁG. 37
MOVIMENTO FEMINISTA	PÁG. 40
QUARTA VAGA FEMINISTA	PÁG. 42
TRANSNACIONALIDADE	PÁG. 43
VISIBILIDADE	PÁG. 46
RECONHECIMENTO	PÁG. 48
RECOMENDAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	PÁG. 50

***Come closer. See how feminism can touch and change your life and all our lives. [...] Come closer and you will see: feminism is for everybody.***

---

***Vem cá. Olha como o feminismo pode tocar a tua vida, mudar a tua vida, mudar todas as nossas vidas. [...] Chega-te mais perto de nós e verás: o feminismo é para toda a gente.***

*bell hooks, 2000*

O *booklet História dos Ativismos Feministas em Portugal*, elaborado no âmbito do projeto de investigação “FEMglocal – Movimentos Feministas Glocais: Interações e Contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021), é constituído por conceitos centrais estudados pela equipa do projeto, com sustentação científico-pedagógica. Destina-se a jovens de diversas faixas etárias, privilegiando uma linguagem acessível, e aproveitando o recurso a *links* externos (vídeos, reportagens, mapas, entre outros) que visam aguçar a curiosidade e incentivar a consulta de informação complementar relativamente aos conceitos abordados. O *booklet* procura promover no espaço público, sobretudo no meio escolar, a discussão sobre os ativismos feministas e as questões de género; contribuir como ferramenta pedagógica para as estratégias de educação formal e não formal; fomentar a reflexão sobre a narrativa única do feminismo, desconstruindo-a, através de uma lógica de conhecimento situado.

O ativismo feminista, como ação individual ou coletiva, tem uma longa História em Portugal. Desde o século XIX que há atividades/ iniciativas de mulheres em defesa dos direitos femininos, ainda que nem sempre essa ação se tenha evidenciado nas ruas. Neste sentido, a visão que aqui apresentamos de ativismo é abrangente, sendo considerado ativismo uma manifestação ou greve que ocorre no espaço público, mobilizações *online*, como também a fundação de uma associação feminista ou uma publicação em defesa do feminismo (como se pode ver na cronologia). As primeiras ativistas portuguesas tiveram uma ação mais ligada ao associativismo e à produção de obras literárias feministas e menos à contestação de rua, mas atuaram de forma intensa, fervorosa e continuada. Contudo, todo o ativismo feminista das primeiras mulheres de oitocentos

acabou por se eclipsar nos anos 30 do século XX, com o surgimento do Estado Novo. A luta contra a ditadura Salazarista fez silenciar o feminismo e provocou um corte de memória histórico entre as primeiras feministas do século XX e os movimentos de mulheres posteriores, mesmo os que ocorreram após a revolução do 25 de Abril de 1974.

No início dos anos de 1950 os espaços de organização e de reivindicação feminista tinham-se diluído com a extinção compulsiva do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, das organizações feministas com maior longevidade em Portugal. O ativismo das mulheres passou a centrar-se na luta antifascista. Nas prisões, nas vivências difíceis da clandestinidade, nas campanhas políticas em torno da candidatura de Humberto Delgado, tal como tinha acontecido anteriormente com Norton de Matos, existiram mulheres de grande valor que conseguiram vencer as barreiras da invisibilidade. Muitas outras, porém, não assumindo posições de destaque, apesar do importante papel que desempenharam, foram ficando nas brumas do esquecimento. É isto que tem acontecido a muitas mulheres, e a muitas ativistas, ao longo da história, em diversos espaços geográficos e períodos temporais e é por isso que muitas vezes não as (re)conhecemos.

Na luta contra a ditadura, as oposições não foram portadoras da memória histórica dos feminismos das décadas de 1920 e de 1930, até porque as reivindicações feministas eram tidas como secundárias no contexto mais geral da luta política. A “luta antifascista” foi o mote mobilizador. O feminismo diluiu-se no antifascismo.

A década de 1960 representou o despertar dos chamados feminismos de segunda vaga em alguns países europeus e nos EUA que se caracterizaram pelas lutas pela sexualidade, direitos reprodutivos e questões

de trabalho. Todavia, no nosso país, dezenas de mulheres foram presas pelo regime de ditadura e é nesta década que as mulheres passaram a ser torturadas tal como os homens (tortura do sono e da estátua, violência física exacerbada). No dizer da historiadora Irene Pimentel, passaram, a partir da década de sessenta, a ser encaradas como mulheres rebeldes e não apenas como mulheres de rebeldes.

As crises estudantis de 1962, de 1964/65 e de 1968/69 foram mobilizadoras de centenas de raparigas contra a ditadura e era este o centro das lutas, com especial enfoque na guerra colonial. Porém, a falta de referências feministas no movimento estudantil e a escassez de ligações ao Maio de 68 em França criaram um terreno pouco favorável para o desenvolvimento de uma crítica feminista capaz de gerar movimento próprio.

A grande ação ativista de mulheres ocorreu após a revolução de 1974. É em 1979 que se forma a CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção, que, envolvendo várias associações e mulheres a título individual, iniciou uma luta pela despenalização do aborto e contra a violência sobre as mulheres que durou 28 anos e na qual as energias feministas se concentraram. Obviamente que durante este período várias outras agendas foram sendo colocadas no espaço público pelo ativismo feminista, como por exemplo a inclusão e igualdade de mulheres em vários setores profissionais, as condições laborais, as formas de violência, etc.

Na atualidade, há um grande ativismo por parte dos movimentos feministas nacionais, que são compostos por associações, coletivos/grupos não formais e pessoas a título individual, que se manifesta não só nas ruas como no digital. As suas lutas continuam a ser pela

igualdade de género e contra as múltiplas violências sobre as mulheres. Não obstante, cada movimento feminista dá mais visibilidade a uma causa: violência sexual, violência doméstica, precarização e assédio no trabalho, sexismo, racismo, justiça machista, entre outras. Há momentos em que determinadas associações e coletivos/grupos informais se juntam nas manifestações e ações e que ganham maior impacto no espaço público, de que são exemplos o movimento #MeToo e a greve feminista do 8M.

Este *booklet* pretende dar a conhecer a História dos ativismos feministas portugueses, procurando ir além de uma narrativa única, dominante e incompleta. A escritora Chimamanda Ngozi Adichie reflete que, se nos contam repetidamente a história de determinada maneira, isso contribuirá para a formação da nossa identidade coletiva e para as (in)visibilidades de determinados grupos de pessoas.

Recuperando os acontecimentos e personagens ligadas aos ativismos feministas em Portugal, este *booklet* procura devolver à História a memória das feministas portuguesas e das suas lutas, como contributo para a educação para os feminismos e, conseqüentemente, para os direitos humanos. Assim sendo, tem como principal objetivo funcionar como uma ferramenta pedagógica que poderá ser usada em diversos contextos de ensino. Ao mesmo tempo, pretende visibilizar os ativismos feministas e as questões que defendem em contexto nacional, mas correlacionado com o global, propósito basilar do projeto de investigação FEMglocal. Aliás, hoje em dia, é impossível pensarmos o local sem essa ligação com o global, muitas vezes potenciada pelas plataformas digitais, mas também pela mobilidade das pessoas a nível mundial.

"FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições" é um projeto de investigação que pretende analisar os movimentos

feministas glocais alicerçados no contexto português, cartografar os movimentos ativistas feministas em Portugal, estudando a sua história, os seus fluxos de vida, as suas dinâmicas de comunicação a nível interno e externo, bem como as interações e contradições entre o global e o local, o digital e o presencial. Pretende contribuir para recuperar a memória histórica de invisibilidade social de movimentos feministas em território nacional, centrando a sua atenção nas estratégias de mobilização social, de comunicação e de visibilidade mediática.

Contando com uma equipa multidisciplinar e coordenado por Carla Cerqueira (PI) e Célia Taborda (Co-PI), o projeto é acolhido institucionalmente pelo Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT) e tem como parceiro o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG). FEMglocal é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através de fundos nacionais (PTDC/COM-CSS/4049/2021).

Para mais informação sobre o projeto de investigação, convidamos a que sigam o FEMglocal e suas atividades nas redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn), bem como no seu *website* oficial.

**E, AGORA, BOAS LEITURAS!**

# CRONOLOGIA



**1905**

**Ana de Castro Osório** (1872-1935), uma das mais importantes ativistas feministas, publica **Às Mulheres Portuguesas**, considerado o primeiro manifesto feminista português.

**1907**

É fundado o **Grupo Português de Estudos Feministas** (1907-1908), dirigido por Ana de Castro Osório (1872-1935). Embora de existência breve, deu origem às principais associações e movimentos feministas em Portugal no início do século XX.

**1908**

É criada a **Liga Republicana das Mulheres Portuguesas** (1908-1919), conciliando os ideais republicanos com reivindicações feministas.

**1910**

**Carolina Beatriz Ângelo** (1877-1911) e **Adelaide Cabete** (1867-1935) bordam 20 bandeiras em fazenda verde-rubras hasteadas no dia 5 de outubro como símbolo da República.

**1911**

É criada a **Associação de Propaganda Feminista** (1911-1918), por dissidentes da Liga Republicana de Mulheres, tornando-se **Carolina Beatriz Ângelo** (1877-1911) a sua primeira presidente.

No dia 28 de maio, **Carolina Beatriz Ângelo** (1877-1911), uma das mais proeminentes feministas e ativistas do seu tempo, torna-se na primeira mulher portuguesa (e da Europa do Sul) a conseguir exercer o direito de voto nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

**1912**

É criada a **União das Mulheres Socialistas** (1912-1918), organização feminina do Partido Socialista, liderada por costureiras e feministas operárias.

**1914**

**Adelaide Cabete** (1867-1935), médica, feminista, humanista, ativista e militante, cria o **Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas** (1914-1947), a organização feminista associativista com maior longevidade.

**1915**

**Maria Veleda** (1871-1955), professora, escritora e ativista feminista, incompatibiliza-se com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e cria a **Associação Feminina de Propaganda Democrática** (1915-1916).

**1916**

Presidida por **Elzira Dantas Machado** (1865-1942), é fundada a **Cruzada das Mulheres Portuguesas** (1916-1918) para prestar auxílio à intervenção portuguesa na I Guerra Mundial.

**1924**

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas organiza o **1º Congresso Feminista e da Educação**.

**1925**

Adelaide Cabete (1867-1935), nomeada representante do governo português, participa no **Congresso Internacional Feminista** de Washighton.

**1928**

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas organiza o **2º Congresso Feminista e da Educação**.

**1931**

As mulheres portuguesas chefes de famílias ganham o direito ao voto em eleições para as juntas de freguesia.

**1934**

São eleitas as **três primeiras deputadas à Assembleia Nacional**: Domitila Hormizinda de Carvalho (1871-1966), Maria Cândida Parreira (1877-1942) e Maria Guardiola (1895-1987).

**1936**

É criada a **Associação Feminina Portuguesa para a Paz** (1936-1952), para promover a paz e a melhoria de condições de vida das mulheres.

**1945**

É fundado o **Movimento de Unidade Democrática** (1945-1948), de oposição ao regime, onde se destaca o ativismo de diversas mulheres, particularmente na **Comissão Feminina do MUD**.

**1948**

Maria Lamas (1893-1983), jornalista e ativista feminista, começa a publicar em fascículos a obra **As Mulheres do Meu País**.

**1953**

Maria Lamas (1893-1983) participa no **Congresso Mundial das Mulheres** em Copenhaga e é presa no Aeroporto de Lisboa no seu regresso.

A enfermeira **Isaura Borges Coelho** (1926-2019) é presa e condenada a 2 anos de prisão por se ter manifestado contra a lei que exigia às enfermeiras serem solteiras ou viúvas sem filhos.

**1957**

Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) potencia o lançamento do **GRAAL - Movimento Internacional de Mulheres Cristãs em Portugal**, com ações de intervenção social até 1974.

**1959**

**Maria Eugénia Varela Gomes** (1925-2016) envolve-se diretamente na Revolta da Sé para derrubar o governo, iniciativa que falha.

**1962**

A proibição do Dia do Estudante leva à **crise académica de 1962**. Das greves e ocupações, que conduziram à prisão de estudantes, participaram mulheres, como Maria Antónia Fiadeiro (1942), feminista e ativista, presa por ter dado apoio a grevistas da cantina universitária.

No dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, uma **manifestação no Porto** bloqueia a circulação na cidade. As mulheres protestam contra o governo de Salazar, a guerra colonial e o regime opressivo e repressivo.

**1964/65**

As mulheres participam nas manifestações e protestos estudantis, sendo algumas presas.

**1968**

É criado o **Movimento Democrático das Mulheres (MDM)**. Tem um papel de sensibilização das mulheres contra o regime fascista.

Continua a luta estudantil, levando a uma Crise Académica. Em Lisboa, no Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Letras, as salas de mulheres e os espaços de refúgio femininos são destruídos pelas estudantes.

**1970**

O Movimento Democrático das Mulheres lança duas campanhas: pela libertação de Angela Davis e pelo ensino pré-primário. Dinamiza ainda iniciativas comemorativas do 8 de março e um protesto contra a guerra colonial.

É criado o Grupo de Trabalho para a Definição de uma Política Nacional Global acerca da Mulher por **Maria de Lourdes Pintasilgo** (1930-2004) para discutir uma Regulamentação do Trabalho Feminino.

**1972**

Foi lançado e censurado o livro **As Novas Cartas Portuguesas**, sendo movido um processo judicial pela PIDE contra as três Marias, suas autoras: Maria Isabel Barreno (1939-2016), Maria Teresa Horta (1937) e Maria Velho da Costa (1930-2020).

**1973**

A **Comissão para a Política Social Relativa à Mulher** é fundada por Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004).

**1º Encontro Nacional do Movimento Democrático das Mulheres** na Cova da Piedade com a participação de mais de 300 mulheres.

**1974**

A 7 de maio, no dia em que as três Marias são absolvidas no processo judicial relativo à publicação do livro *As Novas Cartas Portuguesas*, é criado o **Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)** por Maria Teresa Horta (1937) e Maria Isabel Barreno (1939-2016).

## 1975

É criada a **Comissão da Condição Feminina (CCF)** a 17 de novembro por Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004).

A 13 de janeiro, o **Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)** organiza uma manifestação no Parque Eduardo VII, em Lisboa, contra a opressão da mulher na sociedade patriarcal portuguesa.

O **Movimento Democrático das Mulheres (MDM)** promove o Encontro Nacional das Ativistas em Lisboa, a 12 de outubro.

## 1976

É criada a **UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta**, originalmente designada como União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias.

Em maio, **Maria Antónia Palla** (1933) faz uma reportagem sobre o aborto para a RTP que leva à instauração de um processo-crime contra si. Em junho de 1979 acaba por ser absolvida.

## 1977

A **UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta** participa na recolha de 5 mil assinaturas (entregues na Assembleia da República) exigindo a legalização do aborto.

## 1978

A **UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta** organiza uma manifestação no Porto contra o tráfico de mulheres jovens.

É criado o **Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (GAMP)**, um grupo de intervenção social que pretende lutar contra as discriminações sobre as mulheres e que virá a integrar a Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC) do Porto.

## 1979

Em abril, é criada a **Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC)**, constituída por mulheres individuais e grupos/associações feministas: MLM, IDM, UMAR, GAMP, GMAAC.

**Maria de Lourdes Pintasilgo** (1930-2004) torna-se na primeira e única Primeira-Ministra portuguesa.

A 8 de março, numa iniciativa comum da UMAR, MLM, AFP e MDM, juntam-se 500 mulheres para a celebração do Dia Internacional das Mulheres com debates, exposições, exibições de filmes e música.

## 1980

É celebrado o 8 de março na Faculdade de Letras de Lisboa com a colaboração de diversas associações e coletivos: CNAC, UMAR, MLM, IDM, APF, o coletivo “Nós Mulheres”, entre outros.

É criada a **REDE de Mulheres** estruturando-se em 15 distritos do país.

## 1982

De 4 a 11 de novembro é promovida uma semana pela legalização do aborto pela CNAC e CLA com ações de rua, a edição de um autocolante e de um jornal de campanha, bem como a elaboração de manifestos.

## 1983

Em dezembro é criada a associação **MAPA - Mulheres a Preparar o Amanhã**, com caráter regional e delegações em várias aldeias do norte do país. A associação chegou a ter 700 sócias.

## 1986

É criado o **Soroptimistas Internacional - Clube de Lisboa** que procura promover os direitos humanos e a mulher.

É criada a **Liga dos Direitos das Mulheres (LDM)** que pretende promover os direitos das mulheres.

É criada a **Intervenção Feminina (IF)** que procura promover a valorização profissional das mulheres, do seu acesso ao emprego, e denunciar situações de violência e discriminação.

## 1991

É criada a **Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)**, que vem substituir a Comissão da Condição Feminina.

É criada a **Associação Portuguesa de Estudos Sobre Mulheres (APEM)** que tem como objetivo promover os estudos sobre mulheres, estudos de género e estudos feministas em todas as áreas do saber.

**1992**

É criada a **Associação de Mulheres contra a Violência Doméstica (AMCV)** que procura consciencializar a sociedade quanto a questões ligadas à violência contra mulheres, crianças e jovens.

**1998**

É lançado o **Movimento Sim pela Tolerância** a favor da despenalização do aborto, vindo a recolher milhares de assinaturas pela sua legalização.

Helena Pinto (1959), presidente da UMAR, marca presença no **1º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres** no Québec, em Montreal.

**1999**

É constituída uma **Plataforma Nacional da Marcha Mundial das Mulheres** que reúne mais de cem organizações ligadas a questões relacionadas com as mulheres, a violência e a pobreza.

**2000**

A **Marcha Nacional das Mulheres** conta com 10.000 participantes que marcham em Lisboa, pela Avenida da Liberdade.

**2003**

É criada a **Rede Feminista da Marcha Mundial das Mulheres (Rede Lilás)** tendo como um dos principais objetivos participar e intervir no 1º Fórum Social Português.

**2004**

Depois da petição para novo referendo para o aborto (com mais de 120 mil assinaturas) ser recusada pelo Parlamento, mulheres manifestam-se nas galerias da Assembleia da República cobrindo simbolicamente as cabeças com burcas.

É criada a **Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres**, uma associação que pretende promover a igualdade de género em todos os pólos da vida humana.

**2005**

É lançada em Portugal a **Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade** aprovada por delegadas nacionais e internacionais da Coordenação da Marcha Mundial das Mulheres em 2004 em Kigali, Ruanda.

**2007**

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) passa a ser a **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)**.

Depois de várias ações ativistas feministas por todo o país, a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas torna-se legal em Portugal.

**2008**

80 anos depois do 2º Congresso Feminista e da Educação (em 1928) realiza-se em junho o **3º Congresso Feminista**.

**2009**

Entre 25 de novembro (Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres) e 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos) são promovidos, pela primeira vez em Portugal, **16 dias de ativismo pelo fim da violência de género**, iniciativa de âmbito mundial criada em 1991 pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership - CWGL).

**2011**

**1ª Slutwalk** (ou Marcha das Galdérias) em Portugal, em Lisboa e no Porto, contra a mentalidade machista e culpabilização das vítimas e em prol da liberdade sexual, tornando-se num evento anual (nas redes e nas ruas).

A 25 de novembro acontece a **Marcha pelo Fim das Violências contra as Mulheres**, que dá origem à criação da **Rede 8 de Março**.

**2014**

Há concentrações em Lisboa, Porto e Coimbra de solidariedade pelas mulheres espanholas contra a sua limitação ao acesso ao aborto.



## 2015

A **Caravana Feminista**, que se inicia na Turquia no dia 8 de março, termina em Portugal, em Coimbra, a 17 de outubro. Tem como propósito criar redes de solidariedade feminista e mapear diferentes tipos de lutas e resistências das mulheres.

## 2017

Centenas de pessoas juntam-se no Porto e em Lisboa num protesto intitulado “Machismo não é Justiça, é Crime” contra um acórdão relativo a um caso de violência doméstica.

## 2018

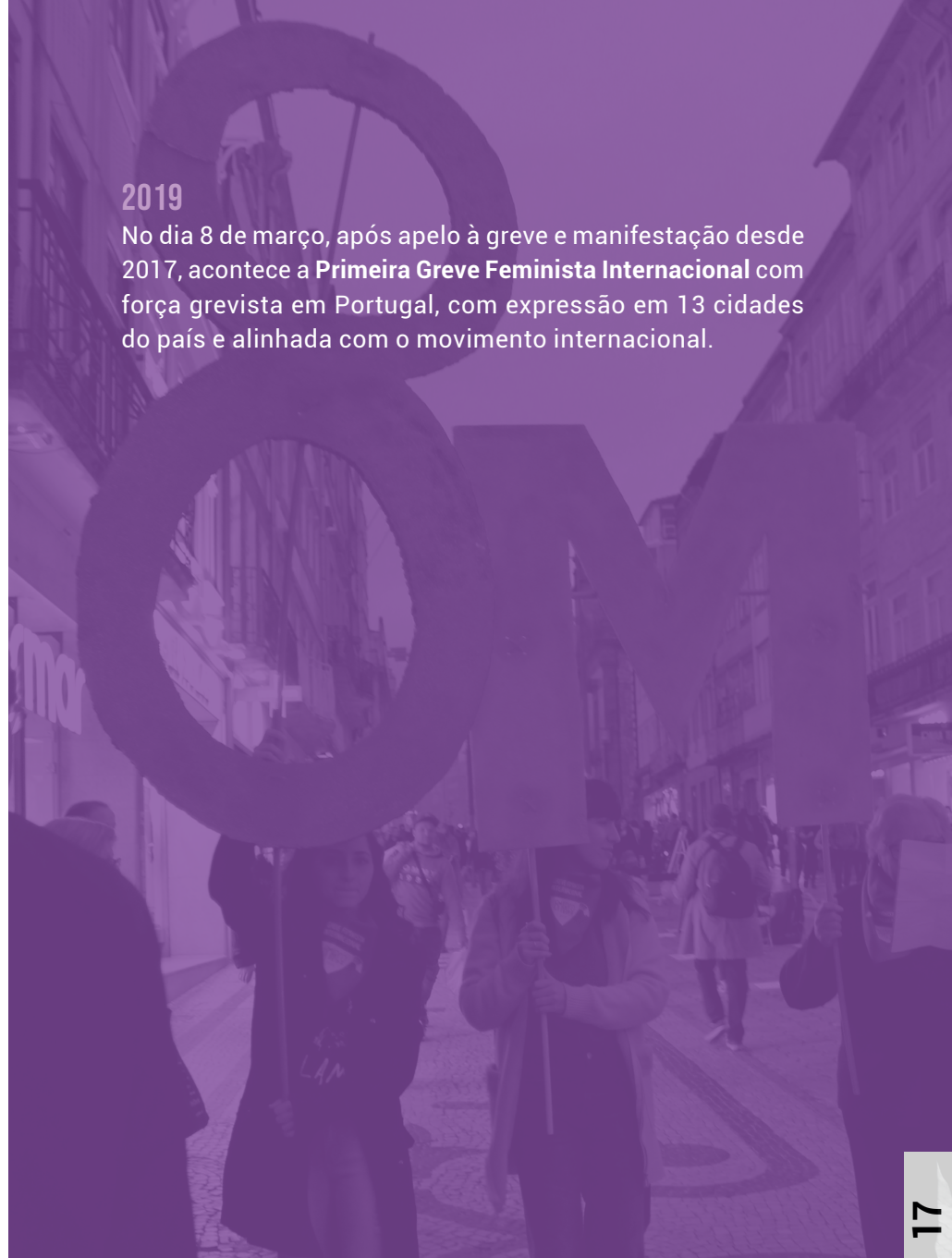
Em Coimbra, Porto e em Lisboa há protestos contra a decisão do Tribunal da Relação do Porto num caso de abuso sexual de uma jovem numa discoteca em Vila Nova de Gaia.

Há manifestações em Portugal seguindo o movimento **#EleNão** de solidariedade pelo Brasil e contra a eleição de Jair Bolsonaro.

Diversos coletivos e ativistas feministas mobilizam ações de rua em Portugal de homenagem a Marielle Franco após a sua morte.

## 2019

No dia 8 de março, após apelo à greve e manifestação desde 2017, acontece a **Primeira Greve Feminista Internacional** com força grevista em Portugal, com expressão em 13 cidades do país e alinhada com o movimento internacional.



# GLOSSÁRIO



# ATIVISMO(S)

Se há termo que é importante perceber para pensar os ativismos feministas em Portugal é 'ativismo'! (Para além de '[feminismo](#)', claro.) É possível que já tenhas ouvido este termo várias vezes, usado em muitos contextos diferentes. É também muito provável que já o tenhas ouvido de forma pejorativa, como se ativismo fosse algo pouco sério ou irresponsável.

A verdade é que, como no caso dos feminismos, ativismos há muitos. Mesmo assim, é possível identificar algumas características comuns entre todos. A primeira é que o ativismo se foca sempre em transformar algo na sociedade – uma injustiça, uma desigualdade, um problema. Esse problema não se pode resumir apenas a situações pontuais da vida das pessoas (afinal de contas, toda a gente tem problemas!). Tem de estar ligado a desigualdades consideradas 'sistémicas', ou seja, que estão completamente enraizadas no próprio funcionamento da sociedade e que são muito complicadas de mudar, é o caso da desigualdade salarial, dos estereótipos sexistas, ou do racismo.

Em segundo lugar, o ativismo existe fora (e ao lado) da política institucional – uma pessoa que faça parte de uma empresa ou partido pode fazer ativismo dentro dessa organização, mas não como representante da mesma, porque o ativismo só se exprime verdadeiramente quando vem de iniciativas autónomas.

Em terceiro lugar, o ativismo implica – está mesmo no nome! – praticar algum tipo de ação. É aqui que as coisas se complicam porque há quem considere apenas certo tipo de ações como ativismo, e quem tenha uma visão muito mais abrangente. Ações ativistas podem envolver publicar e partilhar conteúdo na *internet*, mas também podem ser uma manifestação no meio da rua, a ocupação de edifícios, a criação de abaixo-assinados, a coordenação de boicotes ou greves, ou mesmo criticar alguém que tem comportamentos sexistas na tua presença. Em Portugal, por exemplo, já 25 cidades organizaram Marchas do Orgulho LGBTI+, e em 2011 foram realizadas as primeiras SlutWalk portuguesas (em Lisboa e no Porto).



Resumindo, o ativismo é tomar ação (pública ou privada, [online](#) ou física), em defesa de um grupo sistemicamente discriminado (e não apenas de pessoas específicas), fora de contextos institucionais formais (ainda que a ação possa decorrer nesses espaços).



Queres saber mais?

ATIVISMO 1

ATIVISMO 2

A T I V I S M O

D I G I T A L



A expressão ativismo digital muitas vezes é associada a práticas contemporâneas, como campanhas de *hashtags* em redes sociais. Mas ativistas sempre aproveitaram novas tecnologias, e, desde que a *internet* e tecnologias digitais surgiram, estas têm sido usadas para lutar por diversas causas políticas. Desde campanhas em fóruns e *blogs* nos primórdios da *internet*, aos protestos da Primavera Árabe organizados através do Twitter, aos movimentos Occupy Wall Street, Black Lives Matter, #MeToo que ganharam maior expressão internacional através das redes sociais, ou, em Portugal, às grandes manifestações anti-austeridade, "Que se lixe a troika!", que partiram do *online* e levaram à participação de mais de um milhão de pessoas em protestos de rua, ativismos digitais tornaram-se uma presença comum na nossa sociedade. Conheces estes movimentos?



# #METOO

Estas práticas de protesto digital permitem uma mobilização popular – qualquer pessoa pode iniciar um protesto, basta ter acesso à *internet*, uma causa para defender, e uma estratégia para mobilizar atenção. Estas alternativas são especialmente importantes em contextos onde a liberdade de expressão e de protesto público são limitadas, como em regimes autocráticos (ditaduras, oligarquias, monarquias absolutistas, etc.).

Podemos, assim, dizer que, à imagem do(s) **ativismo(s)**, também os ativismos digitais podem ser diversos – plurais. Os ativismos digitais podem surgir associados a diversas causas: a questões de direitos humanos, justiça racial, direitos LGBTQIAP+, migrações, questões ambientais, e, claro, aos feminismos. Podem ter vários propósitos: dar visibilidade a causas, partilhar informação e recursos, organizar e mobilizar, criticar marcas ou figuras públicas pelas suas ações problemáticas... E podem manifestar-se em diversos contextos e plataformas digitais: através de *sites*, redes sociais, petições digitais, *emails* e *newsletters*, práticas de *hacktivismo* (como bloquear o acesso a determinados *sites*), ou mesmo de grupos de *chat* e mensagens privadas (por exemplo, no WhatsApp) para mobilizar pequenos grupos para ação. Estas ações digitais acontecem, muitas vezes, em conjunto, claro, com manifestações e outros protestos IRL (In Real Life).

Os ativismos digitais permitem comunicar com rapidez, alcançar audiências enormes, e gerar solidariedade global para causas e ações locais. É o caso do #MeToo: apesar da luta pela igualdade de género não ser algo novo, o uso da *hashtag* permitiu que milhões de mulheres no mundo inteiro se unissem para partilhar as suas experiências de assédio sexual e outras formas de violência sexual.



Queres saber mais?

ATIVISMO  
DIGITAL 1

ATIVISMO  
DIGITAL 2



# BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE BRANQUITUDE

Branquitude é um conceito que procura identificar a forma como as pessoas brancas têm garantido e mantido privilégios materiais e simbólicos criados, inicialmente, pelo **colonialismo** e pelo imperialismo. Ou seja, a branquitude descreve um fenómeno social e cultural construído pelo tempo e por sociedades racistas que levou a que pessoas brancas fossem tidas como superiores a pessoas não brancas, ideia falsa que ainda permanece enraizada no mundo atualmente. Branquitude não se reduz, porém, à cor da pele, ou a algo tátil, que possamos ter/ser. É uma orientação social que serve como um ponto de partida para as oportunidades que alguém terá ao longo da vida, como no campo profissional, por exemplo.

Como aponta o relatório “European Social Survey - Portugal” de 2020, cerca de 55% da população portuguesa manifesta alguma forma de racismo. De facto, reconhecer o privilégio associado à cor da pele não é fácil para quem não é vítima de discriminação racial. Muitas vezes a branquitude é invisível para as pessoas brancas. Mas imagina que uma pessoa é olhada com desconfiança ou parada pela polícia, ou mesmo posta de lado para uma vaga de emprego apenas por causa da cor da sua pele. Parece inacreditável que aconteça, certo? Mas acontece porque o racismo, herança histórica que identifica características observáveis da raça, resiste à passagem do tempo.

Assim, a branquitude é um lugar de privilégio racial, económico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal e carregada de valores, de experiências e de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. É por este motivo que precisamos de pensar de forma mais plural, justa e inclusiva, livre de racismo e demais preconceitos, a caminho da sociedade portuguesa que queremos construir.



Queres saber mais?

BRANQUITUDE 1

BRANQUITUDE 2





# CIBERFEMINISMO

Ciberfeminismo é como chamamos ao ativismo digital que é especificamente feminista. São ações coletivas feministas que se constroem e se organizam na *internet*, ultrapassando barreiras geográficas, com o objetivo de dar visibilidade a alguma causa relacionada com o movimento feminista. Um dos exemplos é o #VermelhoEmBelém, que se tornou viral em pouco tempo através das redes sociais, tornando-se *trend topic* no Twitter, após os comentários machistas de um político em relação à cor do batom de sua oponente durante as presidenciais em Portugal.

Esse termo, Ciberfeminismo, surgiu na década de 1990, sendo normalmente atribuído à filósofa Sadie Plant e ao coletivo australiano VNS (VeNuS) Matrix, por causa do seu *Manifesto Ciberfeminista*. O mesmo questionava as representações das mulheres e seus papéis no mundo informatizado e digital. Estas ativistas criavam códigos, faziam *performances* digitais – também fora do espaço *online* – distribuíam *zines* (revistas alternativas), bandas desenhadas, jogos de computador, além de diversos cartazes artísticos para assinalar e protestar contra o apagamento e a falta de oportunidades das mulheres no espaço digital.

Sabias que o primeiro algoritmo da história a ser processado por uma máquina foi criado por uma mulher? Ada Lovelace não só criou o primeiro código, como foi também a primeira programadora da história.

As ciberfeministas iniciaram o seu ativismo lutando contra a exclusão e o silenciamento de mulheres como Ada, bem como contra questões sexistas que excluem as mulheres do desenvolvimento tecnológico e de várias esferas da sociedade. A partir do espaço digital, promoveram manifestações **transnacionais** como a SlutWalk e o Movimento 8M – A Greve Feminista Internacional, que aqui em Portugal tem núcleos de atividade por todo o país, utilizando, especialmente, o Facebook e o Instagram. Mas elas estão presentes nas mais diversas plataformas digitais. Pensa lá se não conheces algumas...

Assim, o Ciberfeminismo estebelece-se como um novo poder feminista devido à possibilidade de inclusão de minorias antes silenciadas e de novas estruturas de conexão que reformulam a compreensão do “ser mulher”, unindo mulheres do mundo a partir de pontos de identificação e solidariedade, por meio de ferramentas digitais.



Queres saber mais?

CIBERFEMINISMO 1

CIBERFEMINISMO 2

# COMUNICAÇÃO E FEMINISMOS



Como qualquer movimento social, o movimento feminista precisa de comunicar as suas ideias, interesses e ações aos públicos. Essa comunicação pode dar-se quer a nível interno (para pessoas ativistas, associadas, voluntárias, etc.), quer a nível externo (para a comunicação social, outras redes de contacto, a sociedade em geral, etc.) procurando ir ao encontro das necessidades e interesses dos públicos e do próprio movimento.

O processo de comunicação de ideias, iniciativas e ações através de meios tradicionais como a televisão, a rádio ou os jornais tem sido lento e difícil para o movimento feminista, mas com o desenvolvimento das tecnologias digitais abrem-se horizontes e potencialidades para a forma como o movimento comunica. Plataformas de comunicação mais abertas, como as redes sociais *online*, fornecem ferramentas para a construção de conteúdos relacionados com questões feministas. Para além disso, permitiram quebrar a fronteira entre emissores e receptores, produtores e consumidores de conteúdos. Assim surge a figura de *prosumidor*. Por exemplo, cada um de nós é um potencial *prosumidor*: não só recebe e consome informação como também pode ter um papel dinâmico e ativo.

As ferramentas da comunicação *online* têm contribuído para que os feminismos possam gerar trocas de informação e levar a transformações sociais. Funcionam como um amplificador para movimentos que podem ser coletivos, individuais ou projetos feministas e que podem ser usados para divulgar, sensibilizar, denunciar, mobilizar nas ruas ou nas redes, estabelecer redes de apoio, coordenar e gerir trabalho em rede e também para pensar, dialogar, aprender e gerar ações críticas para uma maior igualdade de género de forma coletiva.

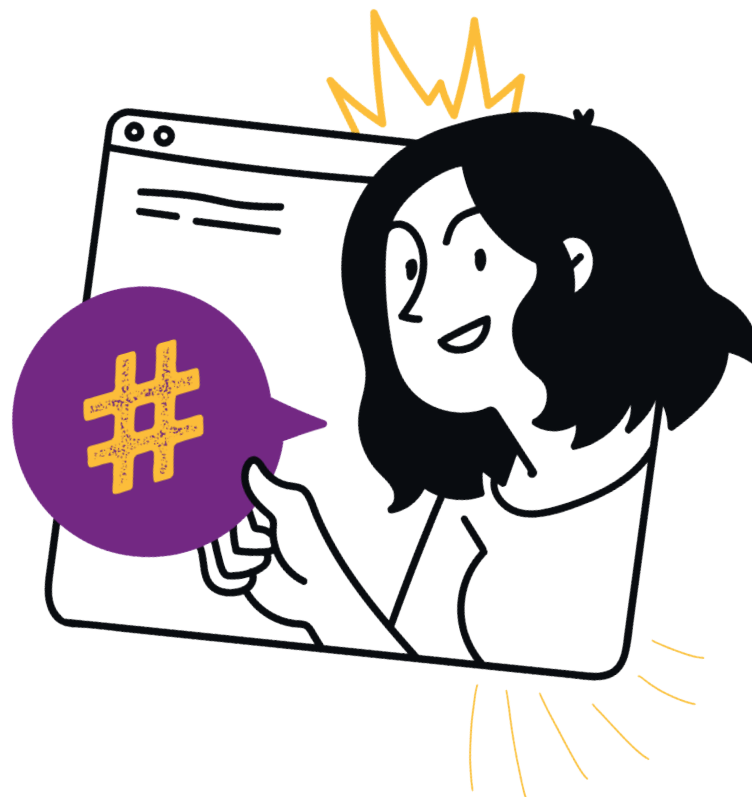
Embora as principais ações de mobilização feministas (como o #MeToo, de âmbito internacional, ou o #VermelhoEmBelém, de origem nacional) continuem a ter repercussão nos *media* tradicionais, os feminismos precisam de comunicar mais e de forma diferente, nomeadamente através de plataformas digitais (*websites*, *blogs*) e redes sociais *online* (Facebook, Instagram, Twitter, etc.) que facilitam os ativismos.



Queres saber mais?

COMUNICAÇÃO  
E FEMINISMOS 1

COMUNICAÇÃO  
E FEMINISMOS 2





# DECOLONIALIDADE

Para compreender o conceito de decolonialidade é preciso, primeiro, compreender o que significa colonialidade. Esta palavra tem origem no colonialismo, no controlo que um país exerce sobre um território ocupado que não lhe pertence. Portugal, por exemplo, teve diversas colónias, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, etc. Colonialidade é um fenómeno histórico e cultural que vai para além da experiência colonial e que naturaliza determinados padrões culturais e sociais ligados a questões raciais, de género, territoriais e de poder. A colonialidade inferioriza e promove a dominação de grupos de pessoas específicos, de recursos, de trabalho, de capital, de conhecimento.

Portugal é referenciado como um país colonizador diferente dos restantes já que a sua adaptação aos países colonizados teria sido feita através de empatia e até afeição pelos indígenas. É apresentado também como um país regularmente aberto à diversidade e onde o racismo não existe. Este imaginário, contudo, oculta as violências da escravidão, os milhões de pessoas tornadas mercadoria exportadas para o continente americano e propaga a ideia que os portugueses “se misturaram” com as mulheres negras e indígenas, formando uma sociedade não racista.

Por mais que o colonialismo tenha sido superado, a colonialidade continua presente nas mais diversas formas e, sobretudo, nos discursos reproduzidos quotidianamente na nossa sociedade. Por exemplo, se abrires um manual escolar de História da altura do Estado Novo, vais encontrar textos de exaltação à pátria e à portugalidade, bem como símbolos e provas da missão civilizadora nacional colonial que pretendia apenas educar o povo africano, visto como “selvagem”. O ensino da História promoveu o mito do “bom colonizador”.

E o que é então a decolonialidade? O conceito surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade, sendo considerado como um caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspetivas impostos aos povos explorados durante todos estes anos. O pensamento decolonial apresenta-se como uma alternativa para trazer as vozes para o espaço público e visibilizar e escutar os grupos marginalizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e económico que visa promover o respeito e autonomia não só dos indivíduos, mas também de grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQIAP+, etc.



Queres saber mais?

DECOLONIALIDADE 1

DECOLONIALIDADE 2





התנועה  
הנשית  
החדשה  
היא  
הנשית  
החדשה

התנועה  
הנשית  
החדשה



התנועה  
הנשית  
החדשה  
היא  
הנשית  
החדשה

התנועה  
הנשית  
החדשה  
היא  
הנשית  
החדשה

התנועה  
הנשית  
החדשה

התנועה  
הנשית  
החדשה

התנועה  
הנשית  
החדשה

# FEMINISMOS

Ao longo dos séculos as mulheres foram consideradas seres inferiores, vivendo inúmeras situações de discriminação. As lutas que foram acontecendo inserem-se naquilo que designamos por Feminismo.

O Feminismo é um movimento plural de pensamento e ação das mulheres, e de outras pessoas que com elas se identificam, contra todas as discriminações que se entrecruzam, como o género, a classe social, as origens étnico-raciais, a orientação e identidade sexual, a idade, entre outras. Esta [interseccionalidade](#) dos feminismos enriquece o seu conteúdo e potencializa as suas lutas.

Falamos de Feminismos para realçar a sua diversidade nas correntes de pensamento, contextos sociais, políticos e culturais.

O [movimento feminista](#) é reconhecido como um dos movimentos mais relevantes do século XX para as transformações no estatuto das mulheres e para uma nova visão das relações de género.

Os discursos anti-feministas durante a 2ª Guerra Mundial acentuaram-se com os regimes fascistas, como é o caso de Portugal.

As feministas da década de 1960 colocaram em causa concepções sobre a família, o casamento, as sexualidades e o papel das mulheres na sociedade. Foi o tempo do despertar dos "movimentos de libertação das mulheres".

Em Portugal, as lutas dos feminismos demoraram tempo, não só a despenalização do aborto, como a luta contra a violência sobre as mulheres. Neste caso, só na década de 1990 as questões da violência começaram a fazer parte da agenda política.

É também nos anos noventa do século XX que surgem novas tendências nas teorias feministas em que o sujeito feminista emerge como uma entidade múltipla, aberta e multifacetada pelas questões de classe, idade, etnia e orientações sexuais, aspetos estes que continuam a ser centrais no movimento até aos dias de hoje.



Queres saber mais?

FEMINISMOS 1

FEMINISMOS 2





# IGUALDADE DE GÉNERO



A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas da vida humana. Ou seja, devem beneficiar das mesmas condições no acesso à educação, nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional, no acesso à saúde, e no acesso ao poder. Desta forma, o empoderamento feminino tratado em discussões de igualdade de género visa o equilíbrio de poder entre homens e mulheres através da criação de condições para que a mulher seja autónoma nas suas decisões e na forma de gerir a sua vida.

Sabias que, com uma pontuação de 62,8 em 100, Portugal ocupa a 15.ª posição na União Europeia (UE) no Índice de Igualdade de Género? No último relatório disponibilizado em 2022 pela European Institute for Gender Equality (EIGE), instituto criado em 2010 para reforçar e promover a igualdade de género em toda a UE, a nossa pontuação encontra-se 5.8 pontos abaixo da média. Esta é uma questão de direitos humanos e de justiça social, sendo igualmente uma condição necessária e fundamental para promover o desenvolvimento dos países.

O Boletim Estatístico emitido em 2022 pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) afirma que, no ano de 2021, a população residente em Portugal era de 10 361 milhões, sendo que cerca de 5 433 milhões eram mulheres (52,4%) e cerca de 4 928 milhões eram homens (47,6%). Contudo, proporcionalmente, há mais mulheres pobres do que homens, e este desequilíbrio que coloca a mulher em desvantagem pode ser constatado em todas as áreas, como na saúde, emprego, educação, poder e tomada de decisão, entre outros. Um aspecto que vale a pena destacar é que as mulheres têm maiores níveis de escolaridade, mas depois disso não se reflete em melhores lugares no mercado de trabalho. Este é um exemplo de desigualdade de género.

Tendo em conta as desigualdades e grandes assimetrias que persistem na sociedade portuguesa, a promoção da igualdade passa, um pouco por todo o mundo, pelo empoderamento das mulheres e melhoria da sua saúde mental (na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar), pela proteção social, acesso aos direitos básicos, etc. A um outro nível de decisão, a introdução da perspetiva de género nas políticas é uma das ferramentas fundamentais de combate às desigualdades em Portugal.



Queres saber mais?

IGUALDADE  
DE GÉNERO 1

IGUALDADE  
DE GÉNERO 2





# INTERGERACIONALIDADE

As gerações agrupam-se na ideia de ser criança, ser jovem ou ser pessoa adulta. A definição de cada geração pode variar de acordo com diversos elementos psicológicos, sociológicos e culturais que estão ligados ao tempo histórico, a convenções legais, ao sítio onde vivemos ou até ao tipo de profissão que temos.

Pode parecer fácil colocar cada pessoa nestas categorias, mas na verdade, por vezes, até é bastante difícil. Qualquer pessoa até aos 18 anos já foi identificada como criança e como jovem e qualquer pessoa com 18 anos já foi reconhecida como jovem ou como adulta, isto só para dar alguns exemplos.

Além das gerações, podemos pensar também na intergeracionalidade. O que significa esta ideia? É a relação simbólica e também a ligação efetiva entre gerações. Se até à chegada da *internet* 3.0 as gerações pareciam mais afastadas – divididas por gerações – e compartimentadas nas suas "categorias", o espaço digital trouxe uma projeção e promoção do papel das pessoas mais jovens – crianças e jovens – como promotoras de um conhecimento específico, e de domínio técnico. Cedo se percebeu que este saber podia ser transmitido às pessoas mais velhas, adultas, pais, avós e professores/as, entre outras.

Este conhecimento mútuo pode ser favorecido em muitas outras áreas que se cruzam e em que os mais novos e os mais velhos podem beneficiar do saber, perspetivas, desafios e soluções que daí possam surgir. Isto significa a existência de olhares diferenciados que podem promover a criação de redes e de conhecimentos combinados.



Queres saber mais?

INTERGERACIONALIDADE 1

INTERGERACIONALIDADE 2

GLOCAL  
ECONOMIA

# INTERSECCIONALIDADE



Quando estamos no autocarro em direção à escola, se olharmos pela janela, vamos ver que percorremos diversas ruas que se cruzam em algum ponto. Algumas atravessam-se por mais duas, outras cortam-se ainda mais. É mais ou menos isto que é a interseccionalidade, perceber o cruzamento das estruturas de poder (ponto de cruzamento das ruas) e a interação dos diversos aspectos (as várias ruas) que cruzam uma única identidade.

O que chamamos de ruas são os preconceitos e opressões como género, classe, etnia, raça, e orientação sexual, entre outras. A interseccionalidade, conceito proposto por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980 no seguimento do movimento negro, procura perceber os vários sistemas de opressão inseridos na nossa sociedade que coexistem, se sobrepõem e se relacionam entre si, fazendo com que algumas pessoas sejam mais discriminadas e marginalizadas do que as outras de acordo com o acumular dessas categorias. E essas discriminações ou privilégios também podem mudar de acordo com o contexto e ao longo da vida.

Por exemplo, entre uma mulher branca, sem muitas condições financeiras, e uma mulher negra, lésbica e com uma deficiência motora, a segunda sofrerá sempre de mais preconceitos. Porquê? Porque os eixos de poder estruturam a sociedade a nível social, económico e político. Quanto mais camadas de opressão são somadas por uma única pessoa - como género, raça, orientação sexual e deficiência física -, mais serão as camadas discriminatórias que se intersectam, e mais desigualdades terá essa pessoa de enfrentar.

Para algumas feministas, a interseccionalidade é uma resposta teórica e política que emerge dentro dos feminismos em relação às inúmeras

diversidades de mulheres e à forma através da qual as categorias opressivas atuam no que se refere às fontes de privilégios e subordinação para que se possa chegar, de facto, a um caminho de igualdade.



Queres saber mais?

INTERSECCIONALIDADE 1

INTERSECCIONALIDADE 2





**IGUALDADE  
DE DIREITOS**

# MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista é um movimento social que luta pelos direitos das mulheres. Surgiu no século XIX, na Europa, altura em que as mulheres organizaram múltiplas ações coletivas, como manifestações, marchas, passeatas e greves, para reivindicarem por direitos políticos, económicos e sociais que lhes eram negados por um sistema patriarcal.

Este movimento é marcado historicamente em vários períodos, que têm sido denominados de vagas, que correspondem a ciclos de reivindicações de diversas gerações de mulheres. Por comparação às ondas do mar, com o seu vai e vem constante, as vagas mostram a continuidade e mudança nas políticas de contestação feministas. Existiram três vagas dentro do movimento feminista, havendo estudos que consideram que já se está numa quarta vaga do movimento. A primeira vaga ocorreu no final do século XIX, e teve na sua génese a conquista de direitos de cidadania: educação, propriedade e, sobretudo, o voto, daí essas ativistas serem conhecidas como sufragistas. A segunda vaga situou-se entre as décadas 60 e 80 do século XX, e defendia a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade sexual e direitos reprodutivos como a contraceção e o aborto. A terceira vaga surgiu nos anos 90

do século XX, e reivindicava por diversidade e pelo reconhecimento à diferença. A [quarta vaga](#) caracteriza-se por um ativismo feminista digital, interseccionalidade e por uma globalização dos protestos.

O movimento feminista nacional desenvolveu-se de acordo com a nossa história e a nossa cultura. No início do século XX, houve feministas, como Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, que reclamaram o direito à educação e ao voto, mas as feministas não promoveram ações de protesto nas ruas. A longa ditadura que se seguiu à queda da I República (1926) não permitiu que o movimento feminista tivesse expressão, até pela proibição de manifestação. O movimento afirmou-se nos anos 80 e 90, quando as mulheres saíram às ruas para lutarem por direitos já alcançados noutros países europeus, nomeadamente a despenalização do aborto. Atualmente, o movimento feminista português luta por igualdade de direitos, interseccionalidade e inclusão, através de um ativismo *online* mas também nas ruas, tal como acontece com os [feminismos transnacionais](#).



Queres saber mais?

MOVIMENTO FEMINISTA 1

MOVIMENTO FEMINISTA 2





# QUARTA VAGA FEMINISTA

A [quarta vaga feminista](#), que terá começado por volta de 2013, está a ocorrer neste exato momento. Mas, como ainda a estamos a viver, não é fácil identificar as datas precisas do seu início, nem todas as características que a definem. O feminismo tem vindo a ganhar visibilidade em vários espaços sociais (como universidades, escolas ou ruas) motivado muitas vezes pelo ativismo nas redes sociais. A quarta vaga feminista tem como principais características a [internacionalização](#), a mobilização que surge e é [divulgada online](#), a [interseccionalidade](#) (interação e intersecção entre dois ou mais fatores sociais, como a raça, idade, classe social e género), e a atuação por grupos informais (sem estarem organizados em associações).

Por outro lado, os principais temas abordados pela quarta vaga feminista são: assédio e violência sexual e de género, questionamento de padrões corporais e de beleza estabelecidos socialmente, questionamento de papéis de género e sua inclusão, etc.

O #MeToo é um bom exemplo de um movimento feminista da chamada quarta vaga: em 2017 ganhou expressão através dos meios digitais depois da publicação de Alyssa Milano no Twitter; a mobilização *online* tornou o movimento internacional com ações nas redes e nas ruas contra o assédio e a violência sexual.

A quarta vaga feminista caracteriza-se particularmente pelo [ativismo online](#). Se, no passado, as lutas feministas se faziam nas ruas, a grande novidade é que hoje as ações nascem muitas vezes na *internet*, espalham-se pelas redes avançando depois, por vezes, para as ruas. E quando surgem nas ruas acabam por comunicar o que estão a fazer no mundo digital. É como se existisse um circuito entre os dois espaços.

Em Portugal, os principais temas abordados pelos ativismos feministas atuais são o combate à precarização do trabalho, a valorização do trabalho doméstico e das cuidadoras, o combate ao assédio e violência sexual e o combate à justiça machista.



Queres saber mais?

QUARTA VAGA  
FEMINISTA 1

QUARTA VAGA  
FEMINISTA 2

# TRANSNACIONALIDADE



A palavra “transnacional” refere-se a tudo quanto ultrapasse e/ou cruze as fronteiras de um país. É tudo o que vai além (trans) dos limites de uma nação-estado, tudo o que envolve dois ou mais países. O que significa, porém, transnacionalidade quando associado aos feminismos e ativismos feministas? Feminismo transnacional é um conceito que surgiu no final dos anos 90 do século XX no contexto das conferências organizadas pelas Nações Unidas, e promovido quer pelo contacto crescente entre feministas de diversas regiões, quer pelo *boom* das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), particularmente a *internet*. A questão que se começou a colocar foi: porque é que se consideravam os problemas e opressões das mulheres ocidentais como universais? Porque é que a prática feminista era pouco inclusiva e não tinha em consideração a diversidade de pessoas? Foi assim que surgiu o conceito de feminismo transnacional, como forma de promover uma prática feminista transnacional (entre países), transcultural (entre culturas), **interseccional**, interdisciplinar, de ativismo cultural, justiça e colaboração. Esta prática feminista transnacional tentava, então, acabar com os preconceitos que ditavam que as mulheres de todo o mundo partilhavam o mesmo tipo de experiências, opressões, formas de exploração e privilégios. As mulheres têm experiências e trajetórias de vida diferentes de acordo com a cultura em que estão inseridas, com a sua raça, etnia, idade, orientação sexual, etc.

Ligado ao conceito de feminismo transnacional, podemos falar também de **ativismo feminista** transnacional, e mesmo de **ativismo feminista digital** transnacional. O ativismo feminista transnacional aproveita o poder da comunicação digital para promover a cooperação e a mobilização de pessoas. Assim, define novas estruturas de trabalho ativista, desafia atuais sistemas políticos e socioculturais, e abre novas possibilidades para que movimentos locais ganhem uma expressão

global. É o caso, por exemplo, da Marcha Mundial das Mulheres (cujas origens remontam a 1995 no Québec) ou mesmo do movimento #MeToo (que surgiu nos Estados Unidos em 2017), os quais tiveram expressão em Portugal.



Queres saber mais?

TRANSNACIONALIDADE 1

TRANSNACIONALIDADE 2





# VISIBILIDADE

A visibilidade supõe ver e ser visto. Por isso, o visível e o invisível constituem dois pólos que se encontram em relação dinâmica e não em oposição um ao outro. Ou seja, nas relações sociais há a mistura do visível e do invisível. Logo, a visibilidade social, daquele que vê e daquele que é visto, é uma relação que surge da forma como percebemos as outras pessoas constituindo um processo de visibilidade simultânea e recíproca em que há abertura mútua. Pode, então, dizer-se que há intervisibilidade na relação social e que o social e o visível estão intimamente ligados.

Nos meios de comunicação social e nas redes sociais digitais, acontecimentos, coisas e pessoas estão em exibição e tornam-se visíveis. Neles, a visibilidade equivale a ganhar presença e reconhecimento no espaço público, podendo chamar a atenção para uma situação social e para pessoas ou promover uma causa. Pensa, por exemplo, nos influenciadores digitais. É por isso que as lutas pela visibilidade são, muitas vezes, o meio pelo qual lutas sociais e políticas são conduzidas. Há práticas de visibilidade coletiva que se organizam em torno da participação, como são exemplos a Marcha do Dia Internacional das Mulheres ou as manifestações em defesa do clima e a Greve Climática Estudantil.

Mas assim como há visibilidade e reconhecimento, há, igualmente, invisibilidade social que se cruza com outras formas de invisibilidade histórica, política ou jurídica. A invisibilidade pode ser associada àquele que é ignorado, estranho ou sem identidade, ilegal, mas também à dissimulação (caso dos *hackers*), à violência (carapuças e máscaras de terroristas), à condição (a obrigatoriedade do uso da burca ou do véu), ou à proteção (desfocagem editorial de rostos para proteção da identidade). Ou seja, se há grupos, práticas e situações sociais condenados à invisibilidade e ao silêncio, as lutas sociais em busca de atenção e reconhecimento encontram nos meios de comunicação uma arena pública de eleição.



Queres saber mais?

VISIBILIDADE 1

VISIBILIDADE 2





# RECONHECIMENTO

Pode entender-se que o conhecimento de uma pessoa corresponde à sua identificação, enquanto o “reconhecimento” expressa o significado positivo de uma declaração que a outra pessoa tem valor social. Ora, tal como a identidade, o reconhecimento depende das relações com os outros. Por isso, o reconhecimento pressupõe a atenção e a visibilidade mútuas dos atores sociais, liga-se ao processo de individualização (desenvolvimento pessoal) e socialização e remete para a realização individual coletiva.

Mas o reconhecimento não se confunde com a visibilidade: se não há reconhecimento sem visibilidade mútua, a visibilidade não é garantia de reconhecimento. Compreende-se, assim, que existam várias “lutas por reconhecimento”, podendo referir-se, entre outras, lutas desenvolvidas por grupos subalternos ou minoritários (de qualquer tipo: cultural, étnico, sexual, político, religioso ou moral), sobretudo nos casos da falta de reconhecimento ou não reconhecimento.

Nos meios de comunicação convencionais (imprensa escrita, rádio e televisão) e nas redes digitais sociais, existe, igualmente, uma relação entre visibilidade e reconhecimento que pode ser ou não ser equivalente. Na utilização do Facebook, por exemplo, pode dar-se conta de uma necessidade de reconhecimento, e o número de visualizações e de comentários ser um índice de reconhecimento, assim como a

ausência destes ser sinal de não reconhecimento. Mas também há o reconhecimento negativo (polegares invertidos, comentários maldosos acompanhados de retransmissão, etc.) e a manipulação.

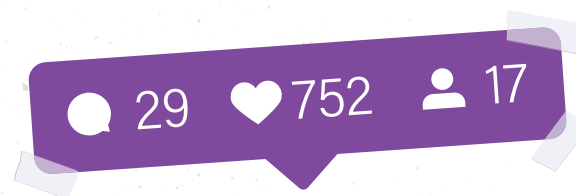
Pode ainda referir-se que há diferentes tipos de reconhecimento que se formam durante as interações sociais (um exemplo pode ser o reconhecimento espetacular que leva ao aparecimento de celebridades).



Queres saber mais?

RECONHECIMENTO 1

RECONHECIMENTO 2





**FEM GLOCAL  
FEMINIC**

## RECOMENDAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Adichie, C. N. (2009, outubro). *The danger of a single story* [Vídeo]. Ted Conferences. [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story).

Baksh-Soodeen, R., & Harcourt, W. (Eds.). (2015). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*. Oxford University Press.

Braidotti, R. (1994). *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. Columbia University Press.

Brighenti, A. M. (2010). *Visibility in Social Theory and Social Research*. Palgrave Macmillan.

Cerqueira, C., & Magalhães, S. I. (2017). Ensaio sobre Cegueiras: Cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *Ex Aequo - Revista Da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, 35, 9–20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>

Cerqueira, C., & Taborda, C. (2022). Challenges of the Intergenerational Feminist Movement(s): Some Reflections. In Q. Gao & J. Zhou (Eds.), *Human Aspects of IT for the Aged Population. Design, Interaction and Technology Acceptance: 8th International Conference, ITAP 2022, Held as Part of the 24th HCI International Conference, HCII 2022, Virtual Event, June 26 – July 1, 2022, Proceedings, Part I* (pp. 265–275). Springer.

Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. Palgrave Macmillan.

Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1), 6–17. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). (2022). *Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2022*. [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/12/Igualdade-de-Genero-em-Portugal\\_-Boletim-Estatistico-2022P1.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/12/Igualdade-de-Genero-em-Portugal_-Boletim-Estatistico-2022P1.pdf)

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. (2022). *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=plano-nacional-de-combate-ao-racismo-e-a-discriminacao-2021-2025-portugalcontraoracismo>

Dumitrica, D., & Felt, M. (2020). Mediated grassroots collective action: negotiating barriers of digital activism. *Information, Communication & Society*, 23(13), 1821–1837. <https://doi.org/10.1080/1369118x.2019.1618891>

European Institute for Gender Equality (EIGE). (2022). *Gender Equality Index 2022: The COVID-19 pandemic and care*. European Institute for Gender Equality; Publications Office of the European Union. <https://eige.europa.eu/publications/gender-equality-index-2022-covid-19-pandemic-and-care>

Fotopoulou, A. (2014). Digital and networked by default? Women's organisations and the social imaginary of networked feminism. *New Media & Society*, 18(6), 989–1005. <https://doi.org/10.1177/1461444814552264>

Greijdanus, H., Fernandes, C. A. de M., Turner-Zwinkels, F., Honari, A., Roos, C. A., Rosenbusch, H., & Postmes, T. (2020). The psychology of online activism and social movements: relations between online and offline collective action. *Current Opinion in Psychology*, 35, 49–54. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.003>

Honneth, A. (2000). *La lutte pour la reconnaissance*. Les éditions du Cerf.

Honneth, A. (2004). Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la «reconnaissance». *Revue du MAUS*, 23(1), 137–151. <https://doi.org/10.3917/rdm.023.0137>

Honneth, A. (2005). Invisibilité: Sur l'épistémologie de la «reconnaissance». *Réseaux*, 129-130(1), 39–57. <https://doi.org/10.3917/res.129.0039>

hooks, b. (2000). *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. South End Press.

Jackson, S. (2018). Young feminists, feminism and digital media. *Feminism & Psychology*, 28(1), 32–49. <https://doi.org/10.1177/0959353517716952>

Lamartine, C. (2021). “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes”: ciberfeminismo e violência doméstica em tempos de pandemia. *Revista Comunicando*, 10(1), 2–39. <https://revistas.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/28>

Loff, M., Ferreira, A. S., & Caramelo, J. (Eds.). (2019). *Da Descolonização ao Pós-colonialismo: perspectivas pluridisciplinares*. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/124497/2/368695.pdf>

Magalhães, M., Marôpo, L., & Amaral, I. (2018). Ativismo feminista no Facebook: uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 7, 31–46. [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_7\\_2](https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_2)

Martinez, F. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, 56, 1–34. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>

Merleau-Ponty, M. (1989). *Phénoménologie de la perception*. Editions Gallimard.

Perrot, M. (2004). Préface. In *Le siècle des féminismes, sous la direction de Michelle Zancarini-Fournel, Françoise Thébaud, Brigitte Studer, Florence Rochefort, Catherine Jacques et Eliane Gubin* (pp. 9–13). Editions de l'Atelier.

Pimentel, I. F. (2007). *Mocidade Portuguesa Feminina*. A Esfera dos Livros.

Portwood-Stacer, L., & Berridge, S. (2014). Introduction: Privilege and Difference in (Online) Feminist Activism. *Feminist Media Studies*, 14(3), 519–520. <https://doi.org/10.1080/14680777.2014.909158>

Schucman, L. V. (2016). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. Veneta.

Taylor, C. (2009). *Multiculturalisme: Différence et démocratie*. Flammarion.

Vala, J. (2021). *Racismo hoje: Portugal em Contexto Europeu*. Fundação Francisco Manoel dos Santos.

Voirol, O. (2005). Les luttes pour la visibilité. *Réseaux*, 129-130(1), 89–121. <https://doi.org/10.3917/res.129.0089>

Zakaria, R. (2021). *Against White Feminism: Notes on Disruption*. W. W. Norton & Company.

